



ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 88ª R.O. CERHI-RJ, em 13/12/2019

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, no auditório do CDURP, situado Rua Sacadura Cabral nº 133, 2º andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ, com início previsto para as 13h30min, realizou-se a 87ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ que contou com a presença dos (as) senhores(as): **Titular** - Renata Bley (SEAS), Livia Romano (SEAS), Moema Versiani (INEA), Cátia Siqueira (Substituta – DRM), Marina Bez (FIPERJ), Joiciara Maia (Prefeitura Municipal de São João da Barra), Mayná C. Morais (CEDAE), Nelson Carvalho (Grupo Águas do Brasil S/A), César Bassi Costa (Eletrobras Eletronuclear), Maria Aparecida Pimentel Vargas (ABRAGEL), Vinicius Crespo (Fecomércio), José Miguel da Silva (Ecocidade Cidade), Carlos Eduardo Martins de Souza (ACAMPAR-RJ), José Paulo Soares de Azevedo (COPPE/UFRJ), Aderson Martins (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES), Daniela Vasconcelos (Substituta - CBH MPS), Rodolfo Coimbra (CBH Macaé), Luís Eduardo (Substituto – CBH Piabanha), Marcos Sant’Anna Lacerda (CBH BG); **Suplente** - Elaine Cristina C. Fidalgo (Embrapa Solos), Giselle de Sá Muniz (SEAS), Raphael Carlos Corte Fassy (Águas do Paraíba), Markus S. W. Budzynzk (ADEFIMPA-RJ), Jéssica Grimaldi (Substituta- Associação Raízes), João Gomes de Siqueira (UENF), François Lopes Alves (IBDA), Lícius de Sá Freire (CBH R2R). **Ausências Justificadas – Titulares:** Alessandra Seródio (FAERJ), Zenilson Coutinho (ASFLUCAN), Flávia Lanari Coelho (APALMA), **Ausências Justificadas – Suplentes:** Edson Falcão (INEA), Thiago Caetano da Silva Berriel (Prefeitura Municipal de Itaocara), João Alberto Antunes Ribeiro (Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu), Daniele G. Nunes (IFRJ), Eduardo S. R. Dantas (CEIVAP). **Ausências - Titulares:** Adriana de Fátima R. Lustosa da Costa (Ministério do Meio Ambiente), Maurício Ruiz Castello Branco (Prefeitura Municipal de Volta Redonda), Ezequiel Moraes dos Santos/Eduardo Amaral e Oliveira (Prefeitura Municipal de Silva Jardim), Abílio de Souza Faia (FIRJAN), José Gomes Barbosa Júnior (LIGHT ENERGIA), Mário Porto dos Santos (APEDEMA), Alexandre Anderson de Souza (AHOMAR) e Friedrich Wilhelm Herms (UERJ). **Ausências - Suplentes:** Wallace Serafim Pavão (SEAS), Laize Rafaelle A. Santos (Prefeitura Municipal de Sapucaia), Keila Ferreira da Silva (Prolagos S. A.), Rolf Dieringer (Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu), Maicon A. R. Carvalho (SindiPesca RJ), Carlos V. N. Tavares (APROMEPS), Patrícia de Mello Silva (Substituta - Instituto Baía de Guanabara-IBG), Guilherme Marques Campbell (Instituto Ambiental Conservacionista 5º Elemento), Yara Valverde (CI), Representante Substituto ainda não indicado (CBH-BPSI), Arnaldo Villa Nova (CBH LSJ), Gustavo Martins Machado (CBH BIG). **Convidados** – Aline Lázaro Ceará (Associação Raízes), Marcos Antônio de Sá Machado (Prefeitura Municipal de São João da Barra), Eloisa Torres (IBG), Douglas Muniz de Souza (Prefeitura de Barra Mansa), Evaldo Gonçalves Junior (Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana), André Marques (AGEVAP),



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – CERHI-RJ

39 Gisele Boa Sorte (SEAS), Romero Alves de Souza (Ecocidade), Marcelo A. Crespi (INEA), Marie
40 Ikemoto (INEA). **Assessoria administrativa da Secretaria Executiva CERHI-RJ:** Adriana Pizão,
41 Alexandre Spindola, Thayã Franklin (estagiário) e Vitória Drumond (estagiária). Após verificação de
42 quórum, a reunião teve início às 13h55min. A Sra. Maria Aparecida Vargas iniciou a reunião
43 agradecendo a presença de todos e informou que pela manhã houve uma reunião da diretoria do
44 Conselho com os coordenadores das Câmaras Técnicas e GTs. Comentou que está preocupada
45 porque o mandato 2017-2020 está acabando e que está se sentindo um pouco frustrada por
46 achar que até a presente data fez tão pouco, diante das dificuldades encontradas. Informou que
47 há poucos dias chegou ao ponto de sugerir sair da Presidência antes do prazo final, pois como
48 diretoria estão encaminhando demandas com base nas metas estabelecidas no início do
49 mandato, mas que o Conselho continua funcionando para atender referendo de decisões dos
50 comitês e não exerce a sua principal função que é estabelecer e implementar a Política Estadual
51 de Recursos Hídricos e tem visto muita dificuldade em fazer as reuniões das Câmaras Técnicas,
52 pois os membros não confirmam presença quando solicitado. Além disso, o principal instrumento
53 que é o Plano Estadual de recursos Hídricos, a tentativa feita de se debruçarem sobre o mesmo,
54 apresentou muitas lacunas que precisam ser demandadas e verificadas. Pediu aos componentes
55 das Câmaras Técnicas que se empenhem mais na participação de cada reunião, para juntarem
56 esforços e chegarem no fim do mandato minimamente cumprindo o que for possível. A Sra. Maria
57 Aparecida Vargas ressaltou que o GT FUNDRHI e a CTIG não estão incluídos na referida questão da
58 falta de quórum. O Sr. José Paulo Azevedo agradeceu a Sra. Maria Aparecida Vargas por ter
59 recebido bem a sugestão de ter reunião periódica com os coordenadores das Câmaras Técnicas.
60 Em seguida, a reunião transcorreu com a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação
61 das minutas das atas: 86ª R.O. CERHI-RJ, de 24/04/2019, e 28ª R.E. CERHI-RJ, de 29/05/2019; **3.**
62 Hora técnica: Cenário atual do CAR no ERJ (Flávio Valente - INEA); **4.** Análise da minuta de
63 Resolução CERHI-RJ dispõe sobre a definição das áreas prioritárias para investimentos do
64 Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos – Prohidro e do Programa
65 Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PRO-PSA. **5.** Análise da minuta de Resolução
66 CERHI-RJ que dispõe sobre critérios de distribuição dos recursos da compensação financeira pela
67 utilização de recursos hídricos para geração de energia hidrelétrica para os contratos de gestão
68 com Entidades Delegatárias de funções de Agência de Água para o ano de 2020 (*Ref. reunião*
69 *sobre Custeio Administrativo CFURH, de 25/07/2019*); **6.** Referendo da Resolução CERHI-RJ *Ad*
70 *Referendum* nº 216, que aprova o Plano de ações e aplicação dos recursos financeiros no
71 FUNDRHI da subconta do Comitê Baía da Ilha Grande; **7.** Informes: GT FUNDRHI, CNRH, FFCBH e
72 FNCBH; e **8.** Assuntos Gerais. **1º item: Aprovação da pauta:** Não houve manifestação e a pauta foi
73 aprovada. **2º item: Aprovação da minuta da ata da 86ª R.O. CERHI-RJ, de 24/04/2019; e 28ª R.E.**
74 **CERHI-RJ, de 29/05/2019.** As duas atas foram aprovadas por unanimidade após a Sra. Adriana
75 Pizão informar as contribuições enviadas pelo Sr. Luís Eduardo Ramos por *e-mail* no dia
76 27/08/2019. **3º item: Hora técnica: Cenário atual do CAR no ERJ.** A Sra. Renata Bley abriu este



77 item e falou que convidou o Sr. Flávio Valente para dar um panorama sobre esta questão porque
78 entende que o CERHI-RJ deveria dar um retorno aos Comitês sobre o andamento do CAR, uma vez
79 que contribuíram financeiramente. Informou que cada Comitê recebeu uma carta com alguns
80 temas estratégicos relacionados para que todos tenham uma sinergia orçamentária e das ações
81 para que na prática os Comitês e o Estado já estejam trabalhando para que alcancem resultados
82 mais efetivos. Em seguida o Sr. Flávio Valente iniciou a sua apresentação, com os seguintes
83 tópicos: **Cadastro Ambiental Rural – CAR (Art. 29):** é o registro público eletrônico de âmbito
84 nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, para integrar informações ambientais com base
85 de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao
86 desmatamento. O CAR é uma ferramenta de planejamento territorial e ambiental com
87 delimitação de áreas importantes do ponto de vista social e ambiental. Ferramenta para a
88 regularização ambiental da propriedade e Identificação de passivos e ativos ambientais, e
89 responsáveis por focos de desmatamento. Formação de corredores ecológicos e conservação dos
90 demais recursos naturais, delimitação das APPS (Nascentes/Cursos D'Água), identificação das
91 APPS Degradadas, delimitação das áreas de reserva legal, bem como dos Remanescentes de
92 Vegetação Nativa. **Projeto CAR/CNARH:** foi executado de maio/2014 a junho/2016. Foram
93 contratados 18 técnicos (via Delegatárias, em todas RHs) com investimento de R\$ 5.100.000,00
94 (cinco milhões e cem mil reais), com recursos do FUNDRHI, MMA e FECAM, e os resultados desse
95 trabalho foram: 4.149 cadastros realizados pelas equipes e 33.300 cadastros realizados durante o
96 período de vigência do projeto. Informou que no início do projeto eram 1.600 cadastros e foram
97 realizados 965 CNARH pelas equipes e 1034 técnicos capacitados em mais de 80 ações de
98 capacitação. Acrescentou que foram feitas 889 palestras e reuniões realizadas em todos os
99 municípios do ERJ promovidas pelas equipes, 307 instituições mobilizadas, mais de 3.200 pessoas
100 atingidas nos eventos. **Panorama do CAR no RJ (Perfil dos imóveis) Cobertura do Solo, Imóveis**
101 **Cadastrados:** O Sr. Flávio Valente explicou que as informações apresentadas são declaradas,
102 foram analisados 1.131 imóveis, 126 imóveis em análise, 89 imóveis analisados sem pendências
103 (validados), 7 imóveis aguardando regularização ambiental (envio proposta PRA) e 1 imóvel com
104 proposta de PRA enviada e aprovada. Complementou que o imóvel pode passar por diversas
105 análises. **Consulta Pública do CAR:** para transparência dos dados cadastrados no CAR, todos os
106 dados declarados referentes aos imóveis estão disponíveis para consulta e *download*, exceto os
107 dados cadastrais ou que permitam a identificação dos proprietários/possuidores. **Atualização**
108 **trimestral:** informou que o site <http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index> disponibiliza essa
109 consulta, *download* do *shapefile* de todas as camadas declaradas por município, *download* de
110 tabelas, busca por município ou por número do CAR, possibilidade de baixar *shape* do imóvel e
111 demonstrativo, e a possibilidade de ativar/desativar visualização das camadas declaradas.
112 **Estratégia de Priorização da Análise do CAR:** foi realizado o cruzamento da base do CAR com
113 mapa de Áreas Prioritárias para Restauração Ganho de escala na implementação do PRA, seleção
114 de propriedades com sobreposição acima de 60% com áreas de prioridade alta ou muito alta,



115 hierarquização dos maiores para os menores imóveis, 6.995 cadastros prioritários, cadastros
116 prioritários hierarquizados para cada região de análise (RH), acompanhamento da produtividade
117 dos G.O. e planilha *online* para acompanhamento e registro das análises realizadas,
118 estabelecimento e controle de metas de análise dos cadastros. **Projetos em Andamento:** os
119 projetos foram apresentados, bem como os objetivos que estão em andamento da seguinte
120 forma: CAR nas UCs (Unidades de Conservação); Objetivo geral é promover a identificação dos
121 proprietários e a regularização ambiental dos imóveis rurais localizados no interior e na zona de
122 amortecimento das Unidades de Conservação Estaduais por meio do Cadastro Ambiental Rural –
123 CAR; Objetivos específicos: identificar os proprietários/posseiros existentes dentro e no entorno
124 das UCs estaduais selecionadas, elaborar o diagnóstico ambiental dos imóveis rurais localizados
125 no interior e na zona de amortecimento das UCs estaduais selecionadas; promover a
126 regularização ambiental dos imóveis rurais localizados no interior e na zona de amortecimento
127 das UCs Estaduais selecionadas por meio do cadastramento no Cadastro Ambiental Rural – CAR;
128 auxiliar o Serviço de Regularização Fundiária – SERF do INEA no levantamento fundiário das
129 Unidades de Conservação Estaduais pendentes de desapropriação; levantar as áreas destinadas à
130 restauração florestal vinculadas à Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente - APPs no
131 interior e na zona de amortecimento das UCs selecionadas; *promover* a conscientização
132 ambiental e divulgação do CAR junto aos proprietários e posseiros existentes dentro e no entorno
133 das UCs Estaduais selecionadas; realizar palestras para esclarecimentos sobre o CAR para
134 produtores rurais, lideranças locais, instituições públicas, instituições de pesquisa e extensão,
135 associações e sindicatos rurais, entre outras entidades nos municípios de abrangência do projeto;
136 capacitar os gestores e equipe técnica das Unidades de Conservação, agentes públicos e demais
137 instituições a efetuarem o CAR na área de abrangência do projeto. Articular e formalizar parcerias
138 junto aos municípios da área de abrangência do projeto, visando ampliar a rede de atendimento
139 aos produtores rurais. Auxiliar o Inea na retificação dos dados cadastrados na área de abrangência
140 do projeto. **Área de abrangência:** 14 Unidades de Conservação e 38 Municípios. **Resultados**
141 **esperados:** a situação atual e a situação esperada foram apresentados; e **Projetos em**
142 **Contratação:** retificação CAR – MCF, Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata
143 Atlântica, retificação de 4350 cadastros de pequenas propriedades rurais (> 4MF); R\$ 950.000,00
144 de investimento, maior agilidade nas análises em função da declaração correta das informações e
145 avanço mais célere no PRA. Por fim, respondeu algumas perguntas que foram feitas durante sua
146 apresentação. **4º item: Minuta de Resolução CERHI-RJ- Áreas Prioritárias para Investimentos do**
147 **Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos - PROHIDRO e do**
148 **Programa Estadual de Pagamento Por Serviços Ambientais- PRO-PSA.** Antes da Sra. Marie
149 Ikemoto iniciar sua apresentação, o coordenador da CTIG do CERHI-RJ, Sr. José Paulo Azevedo,
150 informou que esse tema afeta os instrumentos de gestão e que esse tema deveria passar pela
151 CTIG, além da CTIL, e pediu que passasse pela CTIG para que seja realizada uma análise mais
152 profunda. A presidente do CERHI-RJ, Sra. Maria Aparecida Vargas, informou que entrou em



153 contato via telefone com o coordenador da CTIG para justamente falar sobre esta questão e para
154 perguntar se teria algum problema em colocar essa minuta de Resolução somente na pauta da
155 CTIL e conseqüentemente na pauta do CERHI-RJ, pois não tinha reunião da CTIG marcada para
156 antes desta plenária, somente da CTIL, e que o mesmo havia concordado com ela. O Sr. François
157 Alves também sugeriu que tal documento passe pela CTIG antes de entrar na pauta da plenária do
158 CERHI-RJ, e informou que ele tinha contribuições à fazer na minuta. A sra. Maria Aparecida
159 questionou porque ele não havia feito estas contribuições no âmbito do GT PSA. A Sra. Renata
160 Bley informou que esta minuta de Resolução foi elaborada pelo GT PSA, GT criado no âmbito da
161 Plenária do CERHI-RJ, vinculado à Plenária então e não a nenhuma CT e, é composto e
162 coordenado por pessoas específicas para tratar desse tema. A Sra. Marie Ikemoto, coordenadora
163 do GT PSA, informou que essa minuta de Resolução é específica para um aspecto do Decreto
164 Estadual que estabelece o Programa Estadual de Pagamento Serviços Ambientais e define que
165 deve ser realizadas em áreas prioritárias, define áreas prioritárias em mananciais e rurais. Essa
166 minuta de Resolução veio regulamentar esse parágrafo específico, mostrando de fato que áreas
167 são essas. Então o GT PSA buscou identificar com base no documento do atlas dos mananciais,
168 que foi transformado em notas técnicas do Inea, e que essas notas técnicas subsidiarem esta
169 minuta de Resolução CERHI-RJ, com o objetivo de atender o que o Decreto estabelece. Lembrou
170 que o CERHI-RJ que regulamenta o Programa Estadual de PSA e que nesse ponto específico da
171 minuta de Resolução, que são as áreas prioritárias, é um ponto que está em aberto no Decreto
172 Estadual. A Sra. Renata Bley pediu, então, a retirada deste item de pauta, diante das
173 manifestações contrárias. Ficou combinado que este assunto entrará novamente nas Câmaras
174 Técnicas, CTIL e CTIG, do CERHI-RJ e encaminhado ao GT PSA para fechamento para ser pautado
175 na próxima plenária do CERHI-RJ. **5º item: Análise da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe**
176 **sobre critérios de distribuição dos recursos da compensação financeira pela utilização de**
177 **recursos hídricos para geração de energia hidrelétrica para os contratos de gestão com**
178 **Entidades Delegatárias de funções de Agência de Água para o ano de 2020 (Ref. reunião sobre**
179 **Custeio Administrativo CFURH, de 25/07/2019).** A Sra. Giselle Muniz informou que houve uma
180 reunião dia 25/07/2019 e que a proposta de texto da minuta de Resolução segue a mesma lógica
181 do ano de 2017, período em que foi realizada a Oficina de Sustentabilidade no INEA/SEAS.
182 Explicou que os valores foram adequados pela Lei Federal nº 13.661, de 08/05/2018, que altera a
183 Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para definir as parcelas pertencentes aos Estados e aos
184 Municípios do produto da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH),
185 onde reduziu o valor do Estado, o percentual da CFURH passou de 45% para 25%. A Sra. Giselle
186 Muniz fez um resumo sobre a minuta de Resolução e comentou que a Lei Estadual nº 5.639, de
187 06/01/2010, diz que para o Custeio das Delegatárias, o recurso da Compensação Financeira iria
188 para os Comitês de baixa arrecadação, e em 2017 ficou definido que os Comitês de baixa
189 arrecadação são os Comitês que tem sua arrecadação limitada em até 20% da arrecadação do
190 total da cobrança. Com isso, todos os Comitês entrariam na divisão dos valores da compensação



191 financeira, exceto o Comitê Guandu. A Sra. Maria Aparecida destacou que a difícil situação
192 apresentada pela diminuição dos recursos da CFURH, só vem a corroborar a necessidade de se
193 discutir mais profundamente a questão da Sustentabilidade Financeira do Sistema. Não ficando o
194 mesmo dependente unicamente da CFURH e recursos da cobrança pelo uso da água. Não se pode
195 ficar à mercê de cada vez que se estabelece a insustentabilidade de manutenção das delegatárias,
196 aumentar o PPU. Que a diretoria pretende fazer uma oficina antes do término do mandato, para
197 poder deixar para o próximo mandato, um documento propositivo. Por fim, foram feitas
198 perguntas relacionadas ao tema apresentado, sendo todas respondidas pela Sra. Giselle Muniz, a
199 minuta da Resolução foi aprovada por unanimidade. **6º item: Referendo da Resolução CERHI-RJ**
200 **Ad Referendum nº 216, que aprova o Plano de ações e aplicação dos recursos financeiros no**
201 **FUNDRHI da subconta do Comitê Baía da Ilha Grande.** A Sra. Livia Soalheiro informou que essa
202 Resolução foi submetida ao Conselho pelo comitê do BIG que passou por uma análise do INEA, e
203 depois pelas duas câmaras técnicas do CERHI-RJ, no entanto, como a prevista para junho foi
204 adiada e, o comitê tinha necessidade de iniciar a execução de alguns projetos que estavam
205 previstos no PAP foi necessária a elaboração de Resolução *Ad Referendum*. Isso se deu a pedido
206 do comitê e da diretoria, inclusive por ter recursos que precisariam ser pedidos ao GT FUNDRHI, e
207 para isso seria necessário o PAP aprovado e atualizado, tendo sido assim publicada. A Sra Maria
208 Aparecida perguntou se a plenária tinha alguma pergunta sobre o que foi apresentado, e o Sr.
209 José Paulo perguntou qual era o foco do BIG. A Sra. Moema Versiani o respondeu informando que
210 o Plano de bacia é o foco do comitê nesse momento e que já pediu para apresentar na próxima
211 plenária numa hora técnica. Logo após a Sra. Maria Aparecida abriu votação para essa pauta que
212 foi aprovada pela plenária. **7º item: Informes: GT FUNDRHI, CNRH, FFCBH e FNCBH. 1) GT**
213 **FUNDRHI:** O Sr. Marcos Lacerda informou que o GT FUNDRHI está desenvolvendo suas atividades
214 de forma satisfatória e disse que conseguiram avançar bastante neste ano. Seguiu informando
215 que fizeram um planejamento de 7 (sete) parcelas, sendo a última paga em Dezembro, observou
216 que já foram pagas três parcelas e falou sobre os valores que ainda faltam a ser pagos. A Sra.
217 Maria Aparecida perguntou para a plenária se tinham perguntas, foram feitas algumas perguntas
218 e todas elas foram respondidas pelo Sr. Marcos Lacerda; **2) CNRH:** A Sra. Maria Aparecida
219 informou que o CNRH não se reúne desde dezembro de 2018 e que até o presente momento não
220 saiu Decreto de renovação do Conselho Nacional. A expectativa é que tenha uma reunião ainda
221 esse ano para que possam ser retomados os trabalhos; **3) FFCBH:** Foi informado que o Fórum
222 Fluminense teve uma reunião adiada para o próximo mês; e **4) FNCBH:** Foi informado pela Sra.
223 Maria Aparecida que o Fórum Nacional estava em reunião, por isso não tinha nenhum
224 representante do mesmo na plenária. **8º item: Assuntos Gerais. 1) O Sr. Luís Eduardo** perguntou a
225 Sra. Renata Bley se havia novidades sobre a assinatura do contrato do Progestão junto a ANA. A
226 Subsecretária disse que especificamente que o Progestão foi concebido para alavancar o sistema
227 de gestão de recursos hídricos, ele tem metas e é um programa inovador. Um pré-requisito para
228 recebimento do recurso é estar com as certidões de regularidade fiscal em dia, o que não



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

229 acontece nesse momento com o ERJ. Informou que o Presidente do Inea tentou resolver a
230 questão da certidão através de parcelamento, porém a Receita só liberar a certidão quando a
231 dívida do Estado for totalmente paga; e **2)** O Sr. José Miguel lembrou que foi feita uma reunião
232 para tratar sobre Recursos hídricos com os Conselhos do CONEMA e CERHI-RJ, no ano de 2018 e
233 foi feita uma sugestão para que os dois membros representantes do CERHI-RJ fizessem parte da
234 câmara técnica do CONEMA. Aproveitou para informar que no próximo dia 11 a câmara técnica
235 vai ser reativada, e perguntou se o CERHI-RJ ainda tem interesse em participar da mesma.
236 **Encaminhamentos: 1)** O Sr. Luís Eduardo sugeriu que em toda reunião os encaminhamentos da
237 reunião anterior sejam lidos durante a aprovação da ata; e 2) O Sr. José Paulo Azevedo solicitou as
238 atas das reuniões do GT PSA por *e-mail*. E não havendo mais nada a tratar, a Presidente do CERHI-
239 RJ, Sra. Maria Aparecida Pimentel Vargas, agradeceu novamente a presença de todos e declarou
240 encerrada a 87ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, às
241 16h43min.
242

Maria Aparecida Pimentel Vargas
Presidente CERHI-RJ

Friedrich Wilhelm Herms
Vice-Presidente CERHI-RJ

Renata Bley
Secretária Executiva CERHI-RJ

Apno./Tf./Lsr./Mavp. – 13/12/2019